

MANIFESTAÇÃO PELA PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Considerando o art. XXI da Declaração Universal dos Direitos Humanos;

Considerando a Carta Iberoamericana de Participação Cidadã na Gestão Pública;

Considerando o art. 1º, parágrafo único, da Constituição Federal;

Considerando todas as leis e práticas de participação social existentes e historicamente construídas ao longo da história brasileira;

Eu, que assino abaixo, manifesto publicamente meu apoio ao fortalecimento e articulação dos mecanismos e instâncias democráticas de diálogo e atuação conjunta entre a administração pública e a sociedade civil, como expressos no Decreto nº 8.243, de 23 de maio de 2014.

Defendo perante todas as instâncias, como sujeitos e sujeitas da construção de um Brasil plenamente democrático:

o reconhecimento da participação social como direito do cidadão e expressão de sua autonomia;

a complementariedade, transversalidade e integração entre mecanismos e instâncias da democracia representativa, participativa e direta;

a solidariedade, cooperação e respeito à diversidade de etnia, raça, cultura, geração, origem, sexo, orientação sexual, religião e condição social, econômica ou de deficiência, para a construção de valores de cidadania e de inclusão social;

o direito à informação, à transparência e ao controle social nas ações públicas, com uso de linguagem simples e objetiva, consideradas as características e o idioma da população a que se dirige;

a valorização da educação para a cidadania ativa;

a autonomia, livre funcionamento e independência das organizações da sociedade civil; e

a ampliação dos mecanismos de controle social.

o incentivo ao uso e desenvolvimento de metodologias que incorporem múltiplas formas de expressão e linguagens de participação social, por meio da internet, com a adoção de tecnologias livres de comunicação e informação.

Acrescento que são os espaços de participação social, como os Conselhos, que promovem a inclusão da sociedade civil em debates como este, tão importantes para a população brasileira.

O Brasil merece mais participação social e mais democracia.

Brasília, 11 de novembro de 2014.


MIRIAM MARIA JOSÉ DOS SANTOS

Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA